



**Poder Judiciário do Estado de Rondônia
Gabinete da Presidência**

RESOLUÇÃO Nº 001/1997-PR

Revoga a Resolução nº 019/96-PR

Revogada pela Resolução nº 016/2008-PR

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a vigência da Lei Estadual n. 301 de 21 de dezembro de 1990, instituidora do Regimento de Custas que criou o Fundo de Informatização, Edificação e Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários – FUJU,

CONSIDERANDO decisão do Tribunal Pleno, em sessão Administrativa de 22.1.97,

R E S O L V E:

Art. 1º – Regulamentar as ações do Fundo de Informatização, Edificação e Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários – FUJU.

Art. 2º – O FUJU, através de seus recursos, tem como objetivos precípuos:

- I – Informatização das atividades Judiciárias;
- II – Edificações e aparelhamento da Justiça Estadual;
- III – Aperfeiçoamento dos serviços Judiciários, compreendendo aspectos materiais e de recursos humanos.

Art. 3º – Ao Conselho de Administração Interna, constituído do Presidente, Vice-Presidente e Corregedor Geral da Justiça, compete gerir o FUJU, expedindo as normas para o seu regular funcionamento.

Parágrafo Único – O seu gerenciamento seguirá as regras da Administração do Tribunal de Justiça.

Art. 4º – Aos Juízes, no primeiro grau de jurisdição, caberá a fiscalização dos pagamentos e dos recolhimentos das receitas pertencentes ao FUJU, competindo ao Tribunal Pleno decidir qualquer matéria em última instância.

Art. 5º – O FUJU poderá administrar recursos provenientes de convênios ou similares.

Art. 6º – Os recursos financeiros do FUJU, decorrentes dos recolhimentos ao Judiciário, serão repassados pelo Tribunal de Justiça através da conta corrente própria e específica nº 16.900-03 do Banco do Estado de Rondônia S/A – BERON.



**Poder Judiciário do Estado de Rondônia
Gabinete da Presidência**

~~**Parágrafo Único** — Nenhuma despesa será realizada, sob qualquer pretexto, sem prévia autorização do Conselho de Administração Interna.~~

~~**Art. 7º** — O FUJU, com a supervisão do setor de Contabilidade do Tribunal de Justiça, evidenciará, através dos registros e demonstrações contábeis, os fatos ocorridos na administração dos recursos, na forma da legislação vigente.~~

~~**Parágrafo Único** — O FUJU deverá remeter os balancetes mensais ao Tribunal de Contas e aos demais órgãos de controle interno, nos prazos estabelecidos no cronograma do Tribunal de Justiça.~~

~~**Art. 8º** — O Conselho de Administração Interna do Tribunal de Justiça, ao final de cada exercício, fará a prestação de contas dos recursos do FUJU ao Tribunal Pleno e, após aprovada, será encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, concomitantemente à prestação de contas do Tribunal de Justiça, na conformidade da legislação pertinente.~~

~~**Art. 9º** — O FUJU deverá apurar, ao final de cada exercício, os compromissos assumidos e pendentes de pagamentos como Restos a Pagar, segregando-os em processados e não processados.~~

~~**Art. 10** — A aplicação das receitas orçamentárias deste far-se-á através de dotação consignada na Lei de Orçamento do Estado ou em créditos adicionais.~~

~~**Art. 11** — Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Resolução nº 19/96 e outras disposições em contrário.~~

~~Publique-se.~~

~~Registre-se.~~

~~Cumpra-se.~~

~~Porto Velho, 27 de janeiro de 1997.~~

~~**Des. ANTÔNIO CÂNDIDO DE OLIVEIRA**
Presidente~~